

DOMINIQUE CARREAU
JAHYR-PHILIPPE BICHARA

DIREITO INTERNACIONAL

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Copyright © 2016 by Dominique Carreau
Jahyr-Philippe Bichara

Categoria: Direito Internacional Comunitário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Direito Internacional. / Dominique Carreau, Jahyr, Philippe Bichara. - 2.ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.
876 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 803-826.

ISBN: 978-85-8440-683-8

1. Direito Internacional. 2. Fontes do Direito Internacional - Responsabilidade Internacional. 3. Controle Jurisdicional. I. Jahyr, Dominique Carreau. II. Bichara, Philippe III. Título.

CDD - 341.1

Sumário

Avant-Propos.....	V
Prefácio da 2ª Edição.....	VII
Introdução. O Direito da Sociedade Internacional.....	1
Seção I. O Direito Internacional antes do Nascimento do Estado Moderno	2
§ 1. O aporte da Bíblia	3
§ 2. A prática das cidades gregas.....	4
§ 3. O legado do Império Romano	5
§ 4. O direito internacional na Idade Média.....	7
Seção II. O Direito Internacional desde o Nascimento do Estado Moderno, no Século XVI, até a Primeira Guerra Mundial	9
§ 1. A constituição progressiva do Estado moderno e o desenvolvimento do direito internacional	9
A. O fundamento teórico: a soberania do Estado.....	9
B. O fundamento moral: a laicização do Estado	10
C. Os elementos constitutivos do Estado moderno.....	10
D. Um balanço rápido do direito internacional no fim do século XVIII.....	12
§ 2. O direito internacional clássico: o direito da sociedade interestatal	13
A. A estrutura da sociedade internacional clássica	14
B. O progresso do direito internacional “público”	15
Seção III. O Desenvolvimento do Direito Internacional no Entreguerras.....	19
§ 1. O desenvolvimento das organizações internacionais: a institucionalização da paz e das relações internacionais	19
§ 2. A limitação, depois interdição, do recurso à força nas relações internacionais	20

§ 3. A institucionalização de uma jurisdição internacional	21
§ 4. A extensão material do direito internacional.....	21
Seção IV. A Sociedade Transnacional Contemporânea e os Novos Desdobramentos do Direito Internacional	22
§ 1. A sociedade transnacional: a diversidade dos atores da sociedade internacional.....	22
A. Os Estados.....	22
a) A proliferação dos Estados.....	22
b) A heterogeneidade dos Estados.....	23
B. As organizações internacionais intergovernamentais	27
C. As organizações públicas internacionais	28
D. Os organismos públicos internos.....	30
E. As organizações não governamentais (ONGs)	30
F. As pessoas privadas	32
§ 2. Estrutura e alcance do direito internacional contemporâneo	33
A. A diversificação do direito internacional em razão de seus sujeitos (<i>ratione personae</i>)	33
B. A diversificação do direito internacional em razão de seu campo de aplicação (<i>ratione materiae</i>)	34
Seção V. O Direito Internacional Contemporâneo: Definição e Características.....	35
§ 1. O direito internacional contemporâneo: um direito transnacional	36
A. O fim do direito internacional público	36
B. Advento do direito “transnacional”	37
C. Interpenetração crescente entre ordem internacional/ transnacional e ordem interna	38
§ 2. Ordem interna e ordem internacional: a especificidade do direito internacional.....	39
A. A ordem interna: um sistema jurídico perfeito e completo	39
B. A ordem internacional: um sistema jurídico imperfeito e incompleto	41
C. O direito internacional em questão: direito ou moral?.....	43

§ 3. Abordagem do direito internacional pela Constituição Federal de 1988	45
A. A sujeição da República Federativa do Brasil ao direito internacional.....	45
B. A internalização do direito internacional.....	48
Objeto do Manual.....	51

PRIMEIRA PARTE
A PRIMAZIA DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I. A Superioridade do Direito Internacional com Relação ao Direito Interno	55
Seção I. A Construção Dogmática da Primazia do Direito Internacional.....	57
§ 1. Primazia e obrigatoriedade decorrentes da doutrina voluntarista	57
§ 2. Primazia e obrigatoriedade no jusnaturalismo.....	61
§ 3. A corrente sociológica.....	63
Seção II. Um Princípio Integralmente Reconhecido em Âmbito Internacional.....	65
§ 1. A superioridade do direito internacional sobre as leis constitucionais	66
A. A prática arbitral.....	66
B. A prática judiciária	67
a) A contribuição da CPJI.....	67
b) A primazia do direito da União Europeia (UE) sobre o direito interno segundo a jurisprudência da CJUE	68
c) A primazia do direito interamericano dos direitos humanos sobre as regras constitucionais.....	69
§ 2. A superioridade do direito internacional sobre as leis internas.....	69
A. A superioridade do direito internacional sobre leis internas reconhecida pela CPJI	70
B. Superioridade do direito internacional sobre leis internas reconhecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	71

C. A primazia do direito do MERCOSUL sobre a Constituição	73
§ 3. A superioridade do direito internacional sobre os atos administrativos	74
§ 4. A superioridade do direito internacional sobre as decisões judiciárias internas	75
A. O papel do juiz ou do árbitro na apreciação da compatibilidade de uma norma interna com uma norma internacional.....	76
a) A prática arbitral	76
b) A prática judiciária	77
B. A não concordância sistemática entre a validade internacional e a validade interna das normas jurídicas.	79
a) Validade interna e não oponibilidade internacional de um ato estatal.....	80
b) As consequências de uma divergência eventual entre uma norma válida no plano interno e não oponível no plano internacional.....	81
Seção III. Um Princípio Desigualmente Reconhecido em Nível Nacional.....	85
§ 1. O reconhecimento do princípio da superioridade do direito internacional pelos sujeitos do direito internacional.....	85
A. Um reconhecimento pleno e completo pelos sujeitos derivados do direito internacional.....	86
a) As pessoas jurídicas de direito internacional público	86
b) As pessoas de direito privado.....	87
B. Um reconhecimento relativo pelos sujeitos “originários” do direito internacional: os Estados	87
a) O preâmbulo da Carta da ONU: a superioridade do direito internacional.....	88
b) A superioridade do direito convencional: a regra <i>pacta sunt servanda</i>	88
c) Os limites do reconhecimento do princípio da superioridade do direito internacional pelos Estados	89
§ 2. O reconhecimento constitucional do princípio da superioridade do direito internacional pelos Estados	90

A. A superioridade absoluta do direito internacional: seu valor supraconstitucional	91
a) As Constituições dos países do BENELUX	91
b) A Constituição italiana de 1947	92
c) A lei fundamental da República Federal da Alemanha de 1949.....	92
d) As novas constituições democráticas de alguns países europeus.....	92
B. A superioridade limitada do direito internacional: sua primazia com relação às leis ordinárias, mas sua inferioridade com relação à Constituição (supralegalidade)	93
a) A Constituição Federal do Brasil de 1988	94
b) A Constituição francesa de 1958.....	95
C. A ausência de superioridade do direito internacional: sua igualdade com a lei nacional, até mesmo sua submissão a esta	99
a) A ausência de validade interna do tratado internacional contrário à constituição local	99
b) A igualdade formal entre o tratado internacional e a lei nacional: ou a superioridade de fato da ordem interna	100

CAPÍTULO II. A Hierarquia das Normas no Cerne do Direito Internacional.....

Seção I. A Supralegalidade Internacional	106
§ 1. A manutenção da paz: a primazia da Carta da ONU	106
A. O precedente: a primazia do pacto da SDN.....	106
B. Sua formulação atenuada: o artigo 103 da Carta da ONU.....	106
C. O reconhecimento da primazia da Carta da ONU pela prática dos Estados.....	107
D. A incidência direta e concreta da primazia da Carta da ONU: O recurso às sanções como exemplo de aplicação do Capítulo VII	108
§ 2. O respeito das normas imperativas do direito internacional: o <i>jus cogens</i>	114
A. Uma noção imprecisa.....	115
a) Uma norma imperativa.....	116

b) Uma norma do “direito internacional geral”	117
c) Uma norma mutável	119
B. Um conteúdo impreciso e evolutivo.....	121
a) Um conteúdo impreciso	121
b) Um conteúdo evolutivo.....	123
C. Efeitos drásticos: a nulidade das normas contrárias.	123
D. Uma consagração oficial formal na jurisprudência internacional	125
a) O reconhecimento formal <i>do jus cogens</i> pela CIJ	125
b) O reconhecimento formal do <i>jus cogens</i> pelo Tribunal de Justiça da União Europeia	128
c) Decisões de Tribunais repressivos internacionais <i>ad hoc</i>	129
e) Reconhecimento formal pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	130
f) A interpretação do Conselho de Segurança.....	130
Seção II. A Legalidade Internacional: Nascimento e	
Desenvolvimento de uma Hierarquia das Normas.....	132
§ 1. A superioridade do direito universal sobre o direito regional	132
A. A subordinação do direito regional ao direito universal	133
a) Convenções universais (ou de amplitude universal) proibindo a anulação ou a modificação de suas disposições por acordos particulares	134
b) Convenções concedendo um direito de intervenção numa instância ou num processo.....	134
c) Convenções universais fundamentando o regime jurídico de instituições regionais.....	135
d) Caráter obrigatório de algumas regras do direito internacional geral	136
B. O direito universal, quadro de referência mínimo do direito regional	136
§ 2. A superioridade do direito internacional regional sobre o direito de origem bilateral	138
A. A superioridade afirmada pelo acordo regional: o exemplo da União Europeia	138

a) Os tratados celebrados entre os Estados membros da União Europeia	138
b) Os tratados celebrados com os Estados terceiros	139
1. Os tratados celebrados antes da entrada em vigor do Tratado de Roma	139
2. Os acordos celebrados após a entrada em vigor dos tratados comunitários	140
B. A superioridade afirmada e reconhecida pelo acordo bilateral: o exemplo dos tratados de alcance econômico	141
§ 3. O princípio de legalidade aplicado às organizações internacionais: a hierarquia das normas no cerne das organizações internacionais.....	142
A. A superioridade da carta constitutiva das organizações internacionais (ou o direito constitucional das organizações internacionais)	142
a) A determinação das competências das organizações internacionais	142
b) A reparação das competências entre os órgãos das organizações internacionais	144
B. A subordinação do direito derivado.....	146
a) Um princípio incontestado	146
b) Um princípio desigualmente sancionado e controlado.	146

SEGUNDA PARTE A ELABORAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

TÍTULO I As Normas Escritas Convencionais

CAPÍTULO III. Os Tratados entre Estados	157
Seção I. Conceito e Elaboração do Tratado	159
§ 1. Terminologia	159
§ 2. Classificação	161
A. Os tratados bilaterais	161
B. Os tratados multilaterais.....	162

§ 3. Estruturas dos tratados.....	163
§ 4. Negociação e elaboração dos tratados.....	164
Seção II. A Conclusão dos Tratados.....	166
§ 1. Os processos constitucionais internos.....	167
A. O sistema de um Estado unitário: o exemplo francês	167
a) A garantia da independência nacional	167
1. Os tratados relativos às “mudanças territoriais”: o respeito do princípio de autodeterminação	168
2. Os tratados contrários à Constituição: a revisão prévia do texto constitucional	168
3. A adesão de um novo Estado à União Europeia	170
b) O fortalecimento do papel do Executivo	170
c) Um controle parlamentar atenuado: a necessária autorização de ratificação de certos tratados	171
B. O sistema de um Estado federal: o exemplo brasileiro.....	174
a) A atuação conjunta dos poderes executivo e legislativo na conclusão dos tratados internacionais.....	176
b) A posição hierárquica dos tratados no ordenamento jurídico brasileiro.	181
§ 2. Os meios da manifestação do consentimento de obrigar-se por um tratado internacional (processualística internacional)	184
A. A assinatura	184
B. A ratificação, aceitação ou aprovação	186
C. A participação posterior eventual: a adesão.....	188
D. A entrada em vigor dos tratados	189
a) A liberdade de escolha dos Estados contratantes	189
b) Os efeitos da entrada em vigor	190
§ 3. A ponderação do consentimento: as reservas	191
A. A admissibilidade condicional das reservas	192
a) O debate sobre a admissibilidade das reservas.....	192
1. A manutenção da integridade das disposições convencionais: a inadmissibilidade das reservas	192
2. A extensão <i>ratione personae</i> do alcance das disposições convencionais: a admissibilidade condicional das reservas.....	193
b) A formação das reservas no tempo.....	194

c) As condições de validade das reservas.....	194
1. O direito condicional dos Estados de formular suas reservas	194
2. O direito incondicional dos Estados de aceitar as reservas interpostas por outros Estados ou de contestá-los	195
B. Os efeitos das reservas	195
a) Os laços jurídicos entre o Estado que formulou uma reserva lícita e as demais partes contratantes que a aceitaram ou não lhe opuseram objeção	196
b) Os laços jurídicos entre o Estado que formulou uma reserva lícita e as outras partes contratantes que apresentaram objeções	196
§ 4. As condições de validade dos tratados.....	197
A. A realidade do consentimento	197
a) A violação manifesta das regras internas substanciais concernentes à conclusão dos tratados	197
1. Um problema controverso em doutrina	198
2. Uma prática internacional arbitral e jurídica pouco conclusiva.....	198
3. A posição mediana tomada pela Convenção de Viena (art. 46)	199
b) O erro (art. 48 da Convenção de Viena)	201
c) O dolo (art. 49 da Convenção de Viena)	202
d) A corrupção do representante de um Estado (art. 50 da Convenção de Viena)	202
e) A coerção.....	204
1. A coerção exercida sobre o representante do Estado (art. 51 da Convenção de Viena)	204
2. A coerção exercida sobre um Estado pela ameaça ou emprego da força (art. 52 da Convenção de Viena)	204
B. A licitude do objeto do tratado.....	205
C. A publicidade dos tratados	206
a) As formalidades destinadas a garantir a publicidade dos tratados.....	206
b) Efeitos da publicação ou da não publicação dos tratados.....	207
1. O sistema da SDN	207
2. O sistema da ONU	208

Seção III. Os Efeitos dos Tratados	208
§ 1. Os efeitos dos tratados para as partes contratantes	209
A. A força obrigatória dos tratados para as partes contratantes:	
A regra <i>pacta sunt servanda</i>	209
a) A obrigação de respeitar as disposições do tratado	209
b) Uma execução de boa-fé	210
c) Uma não execução sancionada pelo direito internacional	211
B. Dos efeitos diretos possíveis dos tratados para as pessoas privadas	211
C. A determinação dos efeitos dos tratados em função da intenção das partes contratantes: a interpretação	212
a) Uma interpretação de boa-fé	213
b) Uma interpretação conforme o sentido comum das palavras	213
c) Uma interpretação restituída ao seu contexto: texto e contexto	213
d) A interpretação em função do “objeto e da finalidade” do tratado	214
e) O efeito útil do tratado	215
f) Interpretação conforme “a letra e o espírito” do tratado	215
g) A estrita interpretação das limitações à soberania dos Estados ...	216
h) A interpretação pela prática posterior das partes do tratado	216
i) Uma técnica complementar de interpretação: o recurso aos “trabalhos preparatórios”	217
§ 2. Os efeitos dos tratados para Estados terceiros	218
A. A não oponibilidade (a ausência de efeitos) dos tratados para Estados terceiros	218
a) A não imposição de obrigações aos Estados terceiros (art. 35 da convenção de Viena)	219
b) O não reconhecimento de direitos aos Estados terceiros (art. 36 da Convenção de Viena)	220
1. A estipulação para outrem	221
2. A cláusula da nação mais favorecida	222
B. A oponibilidade dos tratados aos Estados terceiros: os tratados “objetivos”	223
a) Tratados que criam <i>status territoriais</i>	224

b) Tratados que criam os estatutos de meios de comunicação internacionais	226
c) Tratados que criam uma nova “entidade” internacional.....	226
d) Tratados concernentes a certos tipos de armas	227
e) A oponibilidade aos Estados “minoritários” de revisões de tratados decididos por uma “ampla maioria”	228
§ 3. A modificação dos tratados (arts. 39-41 da Convenção de Viena)	229
A. Os processos de revisão dos tratados.....	230
a) O princípio fundamental: a interdição das revisões unilaterais ...	230
b) As revisões formais	231
1. A obrigação de unanimidade	231
2. As revisões majoritárias	232
c) As revisões implícitas: a prática ulterior (subsequente) dos Estados.....	232
d) As revisões limitadas a certas partes contratantes	234
B. Os efeitos da revisão	235
a) A não oponibilidade da revisão aos “minoritários”	235
b) A oponibilidade da revisão aos “minoritários”	235
1. A oponibilidade parcial.....	236
2. A oponibilidade total.....	237
§ 4. A terminação dos tratados	237
A. A expiração.....	238
a) A dissolução por consentimento mútuo	238
b) A dissolução do vínculo contratual pelo exercício do direito de retirada: a denúncia.	239
B. A extinção	240
a) A anulabilidade dos tratados	240
1. A sanção dos vícios do consentimento	240
2. A ocorrência da guerra.	241
b) A anulação dos tratados	241
1. Nulidade ab initio	241
2. A anulação imediata	242
CAPÍTULO IV. Os Acordos Firmados entre Autoridades não Estatais	243

Seção I. Os Acordos Firmados entre Estados e Pessoas

Privadas Estrangeiras.....	245
§ 1. Tipologia dos acordos.....	246
A. Diversidade de objeto.....	246
B. Diversidade de natureza.....	247
C. Diversidade de alcance.....	247
§ 2. A problemática jurídica: o direito aplicável aos contratos “transnacionais”	248
A. O ponto de partida: a sujeição ao direito interno.....	248
B. A evolução contemporânea: a internacionalização reconhecida dos contratos.....	249
a) A prática arbitral	249
b) A prática das Nações Unidas.....	250
c) A prática convencional: a convenção BIRD de 1965	250
§ 3. O nascimento de um “direito internacional dos contratos internacionais”	251
A. As fontes desse direito.....	252
B. O conteúdo desse direito	254
a) Os princípios incontestes	254
b) Um tipo de cláusula inicialmente contestada: as cláusulas de “estabilização” ou de “intangibilidade”.	255

Seção II. Os Acordos (Contratos) entre Organizações

Internacionais e Pessoas Privadas.....	256
§ 1. Tipologia dos contratos firmados pelas organizações internacionais com pessoas privadas	258
§ 2. O direito aplicável	258
A. A aplicação de um direito estatal.....	258
B. A aplicação do direito internacional.....	259
a) O direito interno da organização internacional.....	259
b) O direito internacional geral.....	260
§ 3. Um exemplo específico: os contratos de empréstimo da BIRD com as entidades não estatais	261
A. A natureza desses “acordos de empréstimo”	262
B. O direito aplicável a esses “acordos de empréstimo”	262

Seção III. Os Acordos Firmados entre Pessoas Privadas	262
---	-----

§ 1. O controle pelo direito internacional de certos atos das “potências econômicas privadas”: as práticas comerciais restritivas	263
A. A noção de práticas comerciais restritivas “internacionais”	264
B. O controle internacional das práticas comerciais restritivas	264
a) Numerosos e ambiciosos projetos.....	264
b) Realizações limitadas	265
§ 2. As pessoas privadas, autores diretos das normas do direito internacional.....	266
A. As pessoas privadas, autores de normas financeiras e monetárias internacionais.	266
B. A uniformização pelas pessoas privadas das condições de indenização em caso de poluição pelos hidrocarbonetos.....	267

CAPÍTULO V. Os Compromissos Não Coercitivos entre Estados: o Direito Internacional “Flexível” ou *Soft Law*

Seção I. Tipologia e Função dos Compromissos não Coercitivos entre Estados	270
§ 1. Tipologia	270
A. Os acordos informais (<i>gentlemen’s agreements</i>)	270
a) Os acordos informais políticos.....	270
b) Os acordos informais interpretativos	271
c) Os acordos informais normativos	272
B. Os atos jurídicos combinados	273
a) As Atas	273
b) Os comunicados	273
c) As conclusões (ou declarações) combinadas.....	274
d) Os códigos de conduta	274
§ 2. Funções	274
A. As vantagens do informalismo na ordem internacional.....	275
B. As vantagens do informalismo na ordem interna.....	275
Seção II. As Principais Características Jurídicas dos Compromissos não Coercitivos entre Estados.....	276
§ 1. A vontade de se engajar por parte das partes contratantes.....	276
A. Compromissos de ordem moral?.....	277

B. Compromissos de ordem jurídica?	277
§ 2. Um conteúdo variável	278
A. Regras de conduta ou obrigações precisas.....	279
B. Regras de conduta ou obrigações imprecisas	279
§ 3. Uma publicidade não sistemática	280
§ 4. Objetos diversificados.....	281
§ 5. Compromissos mais ou menos sancionados	282
A. A inexistência de sanções jurisdicionais	282
B. A ausência de responsabilidade internacional pela violação por um Estado de um compromisso não coercitivo.....	283
C. Compromissos às vezes controlados	284

TÍTULO II

As Normas Escritas Não Convencionais

CAPÍTULO VI. Os Atos Unilaterais dos Estados	289
Seção I. Tipologia dos Atos Unilaterais dos Estados.....	289
§ 1. Os atos unilaterais discricionários fundamentados na soberania dos Estados.....	289
A. As declarações	289
B. O reconhecimento	290
C. O protesto	291
D. A renúncia	291
§ 2. Os atos unilaterais fundamentados no direito internacional.....	291
A. Os atos unilaterais obrigatórios: a competência vinculada dos Estados	291
a) Atos unilaterais obrigatórios em razão do costume	292
b) Atos unilaterais obrigatórios em razão de tratados.....	292
B. Os atos unilaterais facultativos: as competências dos Estados que decorrem expressamente do direito internacional.....	293
a) Os atos unilaterais discricionários	293
b) Os atos unilaterais discricionários, mas cujo exercício está sujeito ao direito internacional	294
1. Sua submissão ao direito consuetudinário	294
2. Sua submissão ao direito convencional.....	295

Seção II. O Regime Jurídico dos Atos Unilaterais dos Estados	295
§ 1. Atos-condições.....	296
§ 2. Atos que manifestam a prática dos Estados	297
A. A aquiescência tácita	297
B. O reconhecimento formal.....	299
§ 3. Os atos unilaterais, fonte possível de obrigações internacionais	301
A. O ato unilateral, modo de expressão possível do consentimento do Estado de obrigar-se	302
B. O ato unilateral, modo de expressão almejado do consentimento do Estado a obrigar-se.	303
a) A declaração egípcia de 24 de abril de 1957 sobre o canal de Suez	304
b) As declarações francesas de 1974 sobre as explosões nucleares na atmosfera e a interpretação dada pela CIJ no contencioso opondo a Austrália e a Nova Zelândia à França.....	305

CAPÍTULO VII. Os Atos Unilaterais das

Organizações Internacionais.....	309
---	------------

Seção I. Os Atos Unilaterais das Organizações Internacionais:

Fonte Direta do Direito Internacional	312
§ 1. O poder normativo interno ou o direito interno das organizações internacionais.....	312
A. Campo de ação.....	313
B. Regime jurídico desses atos.....	314
a) Aspectos formais.....	314
b) Os efeitos de direito	315
§ 2. O poder normativo externo: o poder “quase legislativo” das organizações internacionais	316
A. O poder normativo externo das organizações internacionais de acordo com os Estados membros	316
a) O reconhecimento do princípio do poder normativo externo das organizações internacionais em relação aos Estados membros	317

b) O exercício pelas organizações internacionais de seu poder normativo: a explicação convencional pelo viés de “resoluções-acordos”	321
c) O exercício pelas organizações internacionais de seu poder normativo: a explicação unilateralista pelo viés de um poder próprio.....	322
1. As decisões das organizações internacionais.....	323
2. Os regulamentos das organizações internacionais	323
3. Atos obrigatórios.....	324
4. O controle de seu respeito.....	325
B. O poder normativo externo das organizações internacionais para os Estados não membros	326
a) A gestão objetiva de espaços internacionais pelas organizações internacionais.	326
b) A atividade objetiva da ONU.....	327
Seção II. Os Atos Unilaterais das Organizações Internacionais, Fonte Indireta do Direito Internacional.....	329
§ 1. As resoluções das organizações internacionais, elementos constitutivos da formação acelerada do costume	329
A. A aceleração do processo costumeiro em razão da presença das organizações internacionais	329
B. Alguns exemplos de costumes consagrados por resoluções de organizações internacionais.....	331
§ 2. As resoluções das organizações internacionais como direito programático.....	332
A. Resoluções propondo um direito de antecipação	332
B. Resoluções que não impedem a manutenção provisória do direito positivo existente	333
CAPÍTULO VIII. Os Atos Unilaterais Transnacionais	335
Seção I. Uma Fonte do Direito Internacional/Transnacional	336
§ 1. Características gerais	336
A. O respeito às gerais da ordem internacional	336
B. Uma aplicação indiferente <i>ratione personae</i>	337
C. Um direito profissional	338

D. Um direito sancionado	338
§ 2. Os principais domínios de aplicação	338
A. O domínio não-econômico	339
B. O domínio econômico	339
Seção II. Uma Fonte do Direito Interno	342
§ 1. A necessária dissociação entre os aspectos formal e material do direito	342
A. A situação tradicional: ausência de dissociação	342
B. A dissociação atual	343
C. As dificuldades para o intérprete	344
§ 2. A absorção/fusão da norma interna pelo direito transnacional	344
A. A <i>lex sportiva</i>	345
B. A <i>lex economica</i>	345
§ 3. O standard como veículo jurídico da transnacionalização do direito	347

TÍTULO III

As Normas Não-Escritas

CAPÍTULO IX. O Costume	353
Seção I. O Fundamento da Regra Costumeira	356
§ 1. A concepção subjetiva: o costume como acordo implícito entre os Estados	357
A. Uma concepção antiga e contemporânea	357
B. Uma concepção consagrada pela Corte Permanente de Justiça Internacional	358
a) O precedente: o caso do Lotus	358
b) A confirmação contemporânea: o caso da plataforma continental do Mar do Norte de 1969	358
C. Um valor explicativo insuficiente	358
§ 2. A concepção objetiva: o costume como produto das necessidades da vida internacional.	359
A. Uma concepção muito antiga do costume	359

B. Uma concepção que corresponde ao modo atual de elaboração do direito internacional e ao estado da sociedade internacional.....	359
C. Uma concepção avalizada igualmente pela CIJ.....	361
Seção II. Os Elementos Constitutivos do Costume	362
§ 1. O elemento material: os precedentes repetidos (a <i>consuetudo</i>).....	363
§ 2. O elemento psicológico: a opinião juris sive necessitatis ou o reconhecimento do caráter obrigatório da regra não escrita em questão	364
A. Costume e cortesia (<i>comitas gentium</i>)	365
B. O reconhecimento explícito do caráter obrigatório do costume.....	366
C. A ausência de objeções.....	368
Seção III. O Papel do Costume	370
§ 1. O alcance geográfico do costume.....	370
A. Os costumes gerais.....	370
B. Os costumes regionais	372
C. Os costumes locais	373
§ 2. O costume, fator de estabilização da regra de direito.....	374
§ 3. O costume, fator de modificação da regra de direito.....	376
A. O costume revisionista.....	377
B. O costume revolucionário ou “selvagem” (R. J. Dupuy)	378
§ 4. O costume, elemento central do Direito e das relações transnacionais	379
CAPÍTULO X. Os Princípios Gerais de Direito	381
Seção I. A Determinação dos Princípios Gerais de Direito.....	387
§ 1. Princípios de direito positivo interno.....	388
A. O reconhecimento interno dos princípios gerais do direito	388
a) Os elementos de prova.....	388
b) Âmbito.....	389
B. A generalidade desses princípios.....	389
a) Princípios universais	389

b) Princípios regionais ou locais.....	390
C. Sua presença nos grandes sistemas de direito contemporâneo.....	391
§ 2. Princípios transponíveis à ordem internacional como regras jurídicas obrigatórias.....	392
A. O raciocínio por analogia.....	392
B. O papel importante do juiz ou do árbitro	393
Seção II. Os Campos de Aplicação dos Princípios Gerais de Direito.....	395
§ 1. Os campos clássicos de aplicação.	395
A. Os princípios de interpretação	396
B. Os princípios relativos à responsabilidade internacional	396
C. Princípios relativos à administração da justiça	397
§ 2. Os campos novos de aplicação.....	397
A. Princípios gerais do direito e organizações internacionais	398
a) Princípios gerais de direito e funcionamento interno das organizações internacionais.....	398
b) Princípios gerais de direito e relações entre organizações internacionais e Estados.....	399
c) Princípios gerais de direito e relações das organizações internacionais com seu pessoal	400
B. Princípios gerais do direito e relações entre Estados ou organizações internacionais e pessoas privadas estrangeiras.....	401
a) Os princípios gerais de direito: sua inserção nos contratos internacionais.....	401
b) Os princípios gerais de direito: sua aplicação pelos árbitros.....	402
Seção III. As Funções dos Princípios Gerais de Direito	403
§ 1. Os princípios gerais de direito, elemento central do direito da sociedade transnacional	403
§ 2. Os princípios gerais de direito, elemento subsidiário do direito da sociedade interestatal.....	404
A. Os princípios gerais de direito, meio de preencher as lacunas do direito internacional geral	404
B. Os princípios gerais de direito: seu papel subsidiário entre as fontes de direito	406

C. O caráter transitório dos princípios gerais de direito.....	407
--	-----

TÍTULO IV Meios Auxiliares

CAPÍTULO XI. A Doutrina	411
Seção I. A Importância Maior da Doutrina em Direito Internacional do que em Direito Interno	411
Seção II. O Papel da Doutrina na Formulação de Algumas Regras de Direito Internacional	413
Seção III. Uma Contribuição Raramente Reconhecida pelos Tribunais Internacionais	413
CAPÍTULO XII. A Jurisprudência	415
Seção I. O Papel das Sentenças e Pareceres da Corte de Haia.....	415
§ 1. A relatividade das decisões e pareceres da Corte	415
§ 2. A continuidade judiciária.....	416
§ 3. Uma profunda contribuição ao desenvolvimento do direito internacional.....	417
Seção II. O Papel dos Tribunais Arbitrais	418
§ 1. Sua fraca incidência sobre as decisões da Corte de Haia.....	418
§ 2. Uma contribuição substancial ao desenvolvimento do direito internacional.....	418
CAPÍTULO XIII. A Equidade	421
Seção I. A Equidade, Fonte do Direito Internacional: o Julgamento Ex Aequo Et Bono.....	421
Seção II. A Equidade, Modo de Interpretação das Regras do Direito Internacional.....	424
§ 1. A Jurisprudência arbitral: a sentença dos Índios Cayugas de 1926 entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos	424

§ 2. A equidade na jurisprudência da Corte de Haia.....	425
A. O caso da plataforma continental do Mar do Norte de 1969	425
B. O caso das pesqueiras islandesas entre a Islândia e a Grã-Bretanha	426
C. O caso da delimitação da plataforma continental entre a Líbia e a Tunísia	427

TERCEIRA PARTE

A APLICAÇÃO DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL

TÍTULO I

A Aplicação do Direito Internacional na Ordem Internacional

CAPÍTULO XIV. Os Destinatários das Normas do Direito

Internacional: a Personalidade Internacional..... 433

Seção I. Os Sujeitos com Plenitude de

Competências: os Estados 434

§ 1. A noção de competência do Estado 436

A. A noção material: as competências do Estado 436

a) As competências internas 436

b) As competências externas 436

B. A noção formal: a jurisdição do Estado 437

§ 2. A competência territorial..... 438

A. Os limites materiais (geográficos) da competência territorial..... 439

B. A natureza da competência territorial..... 441

a) Uma competência plena e total 442

b) Uma competência exclusiva..... 444

1. A inaplicação sobre o território de um Estado da regulamentação de um Estado estrangeiro..... 445

2. O respeito da soberania territorial dos outros Estados 445

C. Um exercício sujeito ao direito internacional 449

a) A delimitação do território 449

b) O conteúdo da competência territorial..... 450

1. O respeito aos direitos dos Estados terceiros.....	450
2. O respeito dos direitos dos estrangeiros	453
3. O respeito aos interesses da comunidade internacional.....	454
§ 3. A competência pessoal.....	455
A. A outorga da nacionalidade pelo Estado.....	455
a) A nacionalidade das pessoas físicas	456
1. A competência exclusiva do Estado territorial para a outorga de sua nacionalidade	456
2. Uma oponibilidade internacional condicional.....	457
b) A nacionalidade das pessoas jurídicas	458
1. A competência exclusiva do Estado territorial.....	458
2. A ausência de controle pelo direito internacional da efetividade da ligação da empresa ao Estado territorial	459
c) A nacionalidade dos navios	460
d) A nacionalidade das aeronaves.....	462
e) Os satélites e objetos espaciais	463
B. As consequências da outorga da nacionalidade.....	464
a) A aplicação da ordem jurídica do Estado nacional.....	464
b) A responsabilidade internacional do Estado em razão de seus nacionais.....	465
c) O exercício possível pelo Estado nacional de sua proteção diplomática em benefício de seus nacionais	466
§ 4. A competência do Estado para proteger seus interesses	468
§ 5. A competência do Estado para a proteção de determinados interesses da comunidade internacional.....	469
§ 6. Os conflitos de competência.....	470
A. A competência pessoal pode prevalecer sobre a competência territorial.....	470
B. A competência territorial limita a competência pessoal.....	474
C. As competências concorrentes: a aplicação extraterritorial das leis nacionais.....	474
§ 7. A proteção das competências do Estado	479
A. O domínio reservado	480
a) Um reconhecimento formal da existência de um “domínio reservado”	480

1. A competência exclusiva do Estado, segundo o artigo 15 § 8 do Pacto da SDN.....	481
2. A “competência nacional essencial” do Estado, em virtude do artigo 2, § 7 da Carta da ONU	482
b) Um campo movente	483
1. Um conteúdo contingente	483
2. Um efeito prático limitado	484
B. As imunidades dos Estados estrangeiros.....	486
a) A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro.....	488
b) A imunidade de execução contra o Estado estrangeiro.....	493
§ 8. As alienações de competência.....	495
A. As alienações de competência territorial	495
a) Limites costumeiros	495
1. A presença de navios estrangeiros nos portos	495
2. A presença de forças militares estrangeiras.....	496
b) Limites convencionais.....	497
B. As alienações de competência pessoal.....	497
§ 9. O efeito <i>ratione temporis</i> das competências do Estado	498

Seção II. Os Sujeitos de Competências Especializadas: as

Organizações Internacionais	499
§ 1. As competências das organizações internacionais nas ordens internas dos Estados membros	501
A. Um fundamento convencional.....	501
B. Seu conteúdo	502
§ 2. A capacidade na ordem internacional: a personalidade internacional das organizações internacionais	503
A. Um reconhecimento e uma construção jurisprudenciais	505
B. Competências especializadas	506
C. Competências evolutivas: os “poderes implícitos” das organizações internacionais	507
a) Um recurso frequente pela Corte de Haia	507
b) Um reconhecimento formal pelo direito comunitário	509
D. competências mínimas comuns.....	510
§ 3. A proteção das competências das instituições internacionais.....	512

A. A autonomia das organizações internacionais no exercício de suas competências	513
a) A independência dos agentes das organizações internacionais....	513
b) Independência da ação das organizações internacionais no limite de suas “competências constitucionais”	514
B. Os privilégios e imunidades das organizações internacionais	515

Seção III. Os Sujeitos de Competências Limitadas: as

Pessoas Privadas	517
§ 1. O indivíduo na ordem internacional	520
A. A personalidade jurídica limitada do indivíduo no plano internacional	521
B. A proteção dos direitos humanos no âmbito da ONU	522
a) Os tratados internacionais de direitos humanos de cunho declarativo.....	524
b) Os tratados internacionais de direitos humanos de cunho vinculativo	525
1. A proteção dos refugiados e apátridas	526
2. A proteção das minorias nacionais e dos habitantes cujo território foi colocado sob tutela da SDN e da ONU.....	528
3. A proteção internacional dos trabalhadores	530
4. A proteção internacional contra a discriminação racial	532
5. A proteção internacional dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais	532
6. A proteção internacional dos direitos da mulher	533
7. A proteção internacional contra tortura e outros tratamentos desumanos	533
8. A proteção internacional dos direitos da criança	534
9. A proteção internacional das pessoas com deficiência.....	534
c) Os mecanismos de controle de aplicação dos direitos humanos	535
1. A competência da CIJ	536
2. A competência do Conselho de Direitos Humanos da ONU.....	536
3. A competência dos comitês da ONU	537
C. A proteção dos direitos humanos no âmbito regional: o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	541

a) A competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.....	542
b) A competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	544
§ 2. As empresas na ordem internacional	547
A. As empresas: objeto do direito internacional	548
B. As sociedades: sujeitos de direito internacional.....	549
§ 3. As associações na ordem internacional: as ONGs	549
A. A personalidade jurídica interna.....	549
B. Uma personalidade funcional rara em direito internacional	550
C. O estatuto consultivo de certas organizações não governamentais	551

CAPÍTULO XV. A Implementação das Normas do Direito Internacional.....

553

Seção I. As Exceções ao Princípio da Aplicação Geral e Obrigatória das Normas do Direito Internacional	554
§ 1. As exceções comuns à ordem interna e à ordem internacional	554
A. A força maior	554
B. A inexecução de uma obrigação em razão da sua violação por uma das partes (exceptio non adimpleti contractus)	556
a) O precedente: a arbitragem Coolidge no caso de Tacna e Arica entre o Chile e o Peru	557
b) Confirmação do caso da Namíbia	558
c) Os limites da caducidade: uma “violação substancial” do tratado ou do direito internacional.....	558
C. A mudança fundamental de circunstâncias (a cláusula dita <i>rebus sic stantibus</i>)	560
a) Um princípio costumeiro do direito internacional frequentemente invocado.....	561
b) Um princípio jamais considerado aplicável.....	562
c) Sua codificação pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (art. 62)	563
1. Os elementos constitutivos	563

2. Seus efeitos.....	564
D. O estado de necessidade.....	565
§ 2. As exceções próprias à ordem internacional.....	567
A. A “pseudoexceção” da soberania	567
B. As lacunas do direito internacional.....	569
a) As lacunas do direito na ordem interna e na ordem internacional.....	569
b) O juiz internacional face às lacunas do direito internacional: a recusa de julgar ou <i>non liquet</i>	570
c) Os meios à disposição do juiz internacional para evitar o <i>non liquet</i>	572
Seção II. A Sanção da Violação da Regra do Direito: a	
Responsabilidade Internacional	574
§ 1. A violação do direito internacional: o fato gerador.....	575
A. O fato internacional ilícito.....	575
a) A violação de uma obrigação convencional.....	576
b) A violação de uma obrigação costumeira ou não escrita.....	577
c) A abstenção culpável ou ilícita	578
B. Os atenuantes ou exonerações da responsabilidade internacional por descumprimento ao direito internacional.....	579
a) Os atenuantes	579
b) As exonerações	579
C. A ampliação do domínio da responsabilidade: a responsabilização por risco ou a responsabilização objetiva	580
§ 2. A imputabilidade a um sujeito do direito internacional.....	581
A. Os fatos ilícitos imputáveis ao Estado	581
a) A responsabilidade internacional gerada do fato das leis.....	582
b) A responsabilidade do fato dos atos administrativos	583
c) Responsabilidade decorrente dos atos jurisdicionais.....	584
d) A ausência de responsabilidade do Estado pelos atos de particulares	585
B. Os fatos ilícitos imputáveis às organizações internacionais	586
C. Os fatos ilícitos imputáveis às pessoas privadas.....	586
§ 3. O prejuízo.....	587
A. A violação de um direito juridicamente protegido.....	588

B. Um prejuízo individualizado	589
C. Um prejuízo direto.....	590
D. Um prejuízo material e moral.....	591
§ 4. A vítima lesada	591
A. O Estado ou a organização internacional enquanto vítima	592
B. A pessoa privada enquanto vítima	592
a) A elevação do conflito pelo Estado nacional: a proteção diplomática.....	593
1. Um fundamento fictício: o direito do Estado em razão da nacionalidade da vítima	593
2. As condições do exercício da proteção diplomática.....	595
3. A proteção diplomática das pessoas físicas	596
4. A proteção diplomática das pessoas jurídicas	599
5. A livre escolha pelo Estado da outorga da proteção diplomática.....	601
6. A renúncia à proteção diplomática: a cláusula Calvo.....	601
b) A elevação do conflito por uma organização internacional: a proteção funcional de seus agentes	604
c) O direito de ação direta da pessoa privada no plano internacional	605
§ 5. A reparação	607
A. A obrigação de reparar.....	607
a) A prática arbitral	608
b) A prática da Corte de Haia	608
B. Os tipos de reparação	609
a) A satisfação: a reparação moral	609
b) O pagamento de uma indenização: a reparação pecuniária	610
c) A cessação do fato gerador do dano e a volta à situação inicial	612
d) A realidade internacional: o pagamento da indenização.....	613
C. A repartição da indenização.....	614

CAPÍTULO XVI. Os Obstáculos à Aplicação do Direito

Internacional na Ordem Interna	617
---	------------

Seção I. A Aplicação Direta e Indireta do Direito Internacional no Direito Interno	617
§ 1. A aplicabilidade direta do direito internacional no sentido formal da expressão: modalidades de aplicação do direito internacional na órbita interna	618
A. O silêncio do direito internacional acerca das modalidades de sua aplicação direta na ordem interna.....	618
B. A livre escolha dos Estados no tocante à determinação dos meios de aplicação do direito internacional	620
a) A aplicabilidade direta do direito internacional não escrito.....	621
b) A aplicabilidade direta e indireta do direito convencional	622
1. A necessidade de recepção de um tratado na ordem interna....	622
2. A simples publicação do tratado	623
c) A aplicabilidade direta do direito derivado das organizações internacionais	623
§ 2. A aplicabilidade direta do direito internacional em sentido material.....	624
A. O direito convencional geral	625
B. O direito derivado das organizações internacionais.....	626
§ 3. A relativa raridade de normas do direito internacional diretamente aplicáveis na ordem interna	626
A. As razões históricas	626
B. As razões relativas à natureza das normas do direito internacional.....	627
Seção II. Uma Estrutura Jurídica Estatal Inadaptada a uma Aplicação Satisfatória do Direito Internacional	628
§ 1. O direito interno enquanto freio à aplicação do direito internacional	628
A. Os obstáculos constitucionais	629
a) O conflito entre o direito internacional e o direito constitucional	629
b) O conflito entre direito internacional e lei nacional posterior	630
B. Os obstáculos jurisdicionais: o papel do juiz na ordem constitucional.....	631
C. Os obstáculos ligados ao comportamento da	

Administração pública.....	632
§ 2. As consequências das carências do direito interno	633
CAPÍTULO XVII. O Controle da Aplicação do Direito	
Internacional pelo Juiz Brasileiro	635
Seção I. A Competência da Justiça Estadual.....	637
§ 1. A competência do juiz de primeira instância para aplicar	
o direito internacional.....	637
§ 2. A competência do Tribunal de Justiça dos estados	639
Seção II. A Competência da Justiça Federal	643
§ 1. Os fundamentos constitucionais da competência da	
Justiça Federal	643
§ 2. A aplicação dos tratados internacionais pela Justiça Federal.....	645
Seção III. A Competência do Superior Tribunal de Justiça e	
do Supremo Tribunal Federal.....	651
§ 1. A competência do STJ em matéria de aplicabilidade dos	
tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro.....	652
§ 2. A competência do STF para exercer o controle de	
constitucionalidade dos tratados.....	653
§ 3. A competência do TST para exercer o controle de aplicação	
das convenções da OIT	659

QUARTA PARTE
O CONTROLE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DO
DIREITO INTERNACIONAL

TÍTULO I
Os Meios Não Jurisdicionais

CAPÍTULO XVIII. Controle Preventivo e Controle Repressivo.....	665
Seção I. A Dualidade dos Sentidos da Noção de Controle	665
Seção II. O Controle na Ausência de Qualquer Violação do	
Direito Internacional.....	666

§ 1. O controle por meio dos serviços diplomáticos	666
§ 2. O controle diplomático institucionalizado	669
Seção III. A Desigual Acessibilidade aos Meios de Controle pelos Sujeitos do Direito Internacional	671
CAPÍTULO XIX. O Recurso a Medidas de Coerção	673
Seção I. O Recurso à Força Armada	674
§ 1. A licitude do recurso à força armada	674
A. As medidas militares tomadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas	674
B. A legítima defesa	677
a) Uma existência consuetudinária	677
b) Um reconhecimento convencional	678
§ 2. Os recursos contestados ao emprego da força armada	681
A. A intervenção armada	681
a) Existência ou inexistência de um direito de intervenção armada para garantir o respeito das regras mais fundamentais do direito internacional	681
b) A prática dos Estados: uma consagração certa, mas limitada	684
B. As represálias armadas	686
a) Um reconhecimento consuetudinário	687
b) Licitude ou ilicitude das represálias armadas sob a ótica da Carta da ONU	688
Seção II. Os Meios de Pressão Não Militares	689
§ 1. Os meios de pressão de natureza política	689
A. A pressão moral ou psicológica	689
B. As pressões diplomáticas	690
C. As pressões sobre os indivíduos	691
§ 2. Os meios de pressão de natureza econômica	692
A. A supressão ou a suspensão de vantagens econômicas	692
B. A imposição de sanções econômicas	693
a) As sanções que emanam de pessoas privadas	693
b) As sanções que emanam de organizações internacionais	693
c) As sanções impostas unilateralmente pelos Estados	696

CAPÍTULO XX. O Recurso às Organizações Internacionais	699
Seção I. O Poder de Controle da Aplicação do seu Próprio Direito pelas Organizações Internacionais	700
§ 1. O poder de interpretação de sua Carta constitutiva	700
A. Um poder geralmente reconhecido	700
B. Um poder exclusivo da organização.....	701
C. Um poder “quase judiciário”	702
§ 2. A institucionalização do processo de resolução de controvérsias.....	704
Seção II. O Poder de Sanção das Organizações Internacionais	706
§ 1. A extensão do poder de sanção das organizações internacionais.....	707
A. As sanções individuais	708
B. As sanções coletivas	709
a) As sanções morais.....	709
b) As sanções econômicas.....	710
c) As sanções disciplinares.....	710
§ 2. Um poder de sanção raramente utilizado.....	711
A. A ineficácia das sanções não militares.....	712
B. Uma abordagem pragmática: a manutenção do espírito de cooperação.....	714
CAPÍTULO XXI. O Recurso aos Meios Diplomáticos	717
Seção I. O Recurso aos Meios Puramente Informais.....	718
§ 1. A resolução direta	718
A. Um procedimento bastante flexível, aberto a todos os sujeitos do direito internacional	718
B. Um procedimento de formas múltiplas	719
C. Um procedimento prévio a qualquer recurso para um outro tipo de regulamento dos conflitos	720
§ 2. O recurso a um terceiro	720
A. Os bons ofícios	720
B. A mediação.....	721
Seção II. O Recurso aos Meios Institucionalizados	722

§ 1. O inquérito internacional.....	722
A. O fundamento das comissões de inquérito	722
B. A composição das comissões de inquérito.....	723
C. O papel das comissões de inquérito.....	723
D. A prática do inquérito.	723
§ 2. A conciliação internacional	725
A. O fundamento do processo de conciliação	725
B. A composição das comissões de conciliação	726
C. O papel das comissões de conciliação	726
D. A prática das comissões de conciliação.....	727

TÍTULO II

Os Meios Jurisdicionais

CAPÍTULO XXII. O Recurso à Arbitragem Internacional.....	731
Seção I. A Arbitragem Internacional Interestatal	736
§ 1. O Consentimento dos Estados (e das organizações internacionais) à arbitragem.....	737
A. O consentimento pontual dado após o surgimento do litígio: o compromisso arbitral.....	737
B. O consentimento prévio à arbitragem: o recurso à arbitragem obrigatória	737
C. Um consentimento frequentemente limitado pela existência de reservas	738
§ 2. Constituição e funcionamento do órgão arbitral.....	739
A. A composição do órgão arbitral	739
B. O funcionamento do órgão arbitral	741
§ 3. A sentença arbitral.....	742
A. A forma da sentença	742
B. Os efeitos da sentença	743
C. As vias de recurso contra a sentença arbitral.....	744
Seção II. A Arbitragem Internacional entre Estados, Organizações Internacionais e Pessoas Privadas: a Arbitragem Mista.....	746
§ 1. A arbitragem internacional mista instituída por tratado interestatal (tratado quadro)	748

A. A existência de um tratado quadro bilateral.....	748
B. A existência de um tratado quadro multilateral: a Convenção BIRD de 18 de março de 1965 para Resolução de Disputas Relativas a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados.....	750
§ 2. A arbitragem mista instituída por acordo direto entre Estados, organizações internacionais e pessoas privadas.....	752
A. A frequência das cláusulas compromissórias.....	752
B. As dificuldades de aplicação.....	754
a) As dificuldades comuns	754
b) As dificuldades específicas.....	756
CAPÍTULO XXIII. O Recurso ao Juiz Internacional	757
Seção I. A Organização da Corte Internacional de Justiça.....	758
§ 1. A Composição da Corte.....	758
§ 2. O funcionamento da Corte	760
Seção II. A Competência da CIJ	761
§ 1. A competência contenciosa.....	761
A. Competência <i>ratione materiae</i>	762
B. O fundamento da competência contenciosa da Corte: o consentimento dos Estados	762
a) O consentimento por acordo especial ou <i>compromis</i>	762
b) As cláusulas convencionais de jurisdição obrigatória	763
c) A cláusula facultativa de reconhecimento de jurisdição obrigatória	764
§ 2. A competência consultiva da Corte.....	764
A. As condições de recebimento do pedido de parecer consultivo.....	765
B. Objeto.....	766
C. Procedimento	767
D. O alcance	767
Seção III. O Papel da Corte Internacional de Justiça: Apreciação.....	768
§ 1. Um papel modesto na sociedade contemporânea.....	769
A. As razões políticas.....	769

B. As razões técnicas.....	770
C. As razões jurídicas.....	771
§ 2. Um papel maior no desenvolvimento do direito internacional contemporâneo	773
CAPÍTULO XXIV. O Controle da Licidade Internacional dos Atos de Estados Estrangeiros pelo Juiz Nacional	775
Seção I. A Competência ou a Incompetência do Juiz Nacional para Afastar a Regra Estrangeira Contrária ao Direito Internacional: a Controvérsia Doutrinária.....	777
§ 1 A incompetência do juiz nacional.....	777
A. O respeito da soberania do Estado estrangeiro	778
B. Os riscos do nacionalismo jurídico	778
C. As considerações de oportunidade.....	779
§ 2. A competência do juiz nacional	779
A. Uma competência imposta pela primazia do direito internacional.....	780
B. Uma competência inerente ao papel do juiz nacional em relação ao direito internacional.....	780
C. Considerações de oportunidade	781
Seção II. O Reconhecimento ou o Não Reconhecimento dos Atos de Estados Estrangeiros Infringindo o Direito Internacional: uma Jurisprudência Indecisa	781
§ 1. Um controle controverso e indireto	781
A. Juízes nacionais divididos.....	781
B. Um controle indireto	782
§ 2. O controle pelos juízes americanos da aplicação do direito internacional: a teoria do Act of State.....	784
A. A teoria do Act of State até a decisão Sabbatino (1964)	784
B. A teoria do Act of State desde o voto da Emenda Sabbatino (ou Hickenlooper)	786
Seção III. O Controle Possível pelo Juiz Interno da Licitude Internacional dos Atos dos Estados Estrangeiros	787
Índice Temático Remissivo	789

Índice Remissivo Jurisprudencial	799
Referências Bibliográficas	803